



**Autores**  
Licurgo Mourão  
Diogo Ribeiro Ferreira  
Sílvia Motta Piancastelli

# CONTROLE DEMOCRÁTICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Área específica**  
Direito Administrativo.

**Áreas afins**  
Direito Financeiro, Direito Constitucional,  
Direito Público.

A corrupção assola com mais força sociedades deseducadas que não conhecem nem utilizam os meios jurídicos disponíveis para sua própria proteção. Expor os devaneios e os abusos dos “donos do poder”, mesmo em regimes democráticos, por vezes cobra caro ao cidadão, titular do controle social. A pouca transparência permite a corrupção e o alto custo de manutenção da estrutura estatal e das políticas públicas.

O controle democrático da Administração Pública é instrumento de promoção de igualdade, transformação social e distribuição de justiça. Fomentar a necessidade de maior conhecimento dos meios de controle da Administração Pública em linguagem clara e acessível ao grande público – eis o intento maior deste livro.

Expomos a atual legislação, atualizada conforme o novo Código de Processo Civil, e os mecanismos de que os cidadãos dispõem para controlar o que é de todos e obter a efetividade do Poder Público, mesmo que por meio da aplicação de sanções. Controlar bem significará, em futuro próximo, que a corrupção endêmica tenha sido apenas um estágio no longo caminho da equidade social em nosso País.

**Público-alvo/consumidores**  
Advogados, juízes, promotores, defensores públicos, estudantes de Direito, servidores públicos, agentes políticos, ouvidorias públicas e corregedorias e cidadãos interessados no controle da Administração Pública. Pessoas que almejem um futuro sem corrupção no país e desejem conhecer meios jurídico-administrativos pelos quais governantes e governados fiscalizam a atividade administrativa.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001188

M629c

Mourão, Licurgo

Controle democrático da Administração Pública/ Licurgo Mourão, Diogo Ribeiro  
Ferreira, Sílvia Motta Piancastelli.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

191 p.

ISBN: 978-85-450-0268-0

1. Direito Administrativo. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Constitucional. I.  
Ferreira, Diogo Ribeiro. II. Piancastelli, Sílvia Motta. III. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOURÃO, Licurgo; FERREIRA, Diogo Ribeiro; PIANCASTELLI, Sílvia Motta. Controle democrático da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 191 p. ISBN 978-85-450-0268-0

## SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	17
INTRODUÇÃO .....	21
1 Conceito, finalidade e abrangência .....	25
2 Sistema brasileiro de controle .....	28
3 Classificação .....	29
3.1 Quanto ao grau de rigidez do controle .....	30
3.2 Quanto ao momento em que se efetua .....	31
3.3 Quanto à posição estrutural do órgão controlador .....	33
3.4 Quanto à natureza do controlador .....	35
3.5 Quanto à natureza do controle .....	37
3.6 Quanto à relação de subordinação .....	38
4 Controle interno .....	39
4.1 Atuação dos administrados perante o controle interno .....	40
4.1.1 O silêncio da administração .....	42
4.1.2 Direito de petição .....	42
4.1.3 Representação .....	43
4.1.4 Recursos administrativos .....	44
4.1.5 Pedido de reconsideração .....	47
4.1.6 Reclamação administrativa .....	47
4.1.7 Recursos hierárquicos próprios e impróprios .....	48
4.1.8 Pedido de revisão ou revisão .....	49
4.1.9 Processo administrativo ou procedimento administrativo .....	50
4.1.9.1 A verdade sabida .....	52
4.1.9.2 Processo administrativo tributário .....	52
4.1.9.3 Sindicância administrativa .....	53
4.2 Controle interno ex officio .....	53
4.2.1 Confirmação de atos administrativos .....	55
4.2.1.1 Da homologação .....	56
4.2.1.2 Da aprovação .....	56

4.2.1.3 Do visto .....	56
4.2.2 Da extinção de atos administrativos .....	57
4.2.2.1 Da extinção pela falta de um dos seus elementos .....	57
4.2.2.2 Da revogação e da anulação .....	57
4.2.2.3 Da cassação dos atos administrativos .....	60
4.2.3 Aproveitamento dos atos administrativos .....	61
4.2.4 Fiscalização hierárquica .....	62
4.2.5 Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial .....	63
4.2.5.1 Fiscalização contábil .....	64
4.2.5.2 Fiscalização financeira e orçamentária .....	65
4.2.5.3 Fiscalização operacional .....	66
4.2.5.4 Fiscalização patrimonial .....	67
5 Controle gerencial .....	68
6 Coisa julgada administrativa .....	75
7 Decadência e prescrição administrativas .....	77
7.1 Decadência e segurança jurídica .....	79
7.2 Prescrição e segurança jurídica .....	86
8 Reformatio in pejus .....	92
9 Controle externo pelo Legislativo .....	94
9.1 Controle político .....	95
9.2 Controle financeiro .....	102
10 O controle externo pelo Tribunal de Contas .....	103
10.1 Os tribunais de contas na Constituição de 1988 .....	106
10.2 Da competência dos tribunais de contas .....	109
10.3 Da organização e funcionamento dos tribunais de contas .....	112
10.4 Funções dos tribunais de contas .....	116
10.4.1 Função fiscalizadora .....	116
10.4.2 Função corretiva .....	117
10.4.3 Função opinativa .....	119
10.4.4 Função sancionadora .....	119
10.4.5 Função jurisdicional .....	121
10.4.6 Função informativa .....	124
10.4.7 Função de ouvidoria .....	125
10.5 Das decisões dos tribunais de contas .....	125
10.6 O procedimento da tomada de contas especial (TCE) .....	128
11 Controle judicial da Administração .....	130
11.1 Peculiaridades da Administração Pública em juízo .....	131
11.2 Controle especial dos atos da Administração Pública .....	132
11.2.1 Atos normativos .....	133
11.2.2 Atos interna corporis .....	134
11.2.3 Atos de decisão eminentemente política .....	135
11.3 Controle judicial dos motivos .....	136
11.4 Controle sobre a discricionariedade do ato .....	137
11.5 Instrumentos de atuação do controle judicial .....	138
11.5.1 Habeas corpus .....	138
11.5.2 Habeas data .....	140
11.5.3 Mandado de segurança .....	141
11.5.4 Ação popular .....	142
11.5.5 Mandado de injunção .....	143
11.5.6 Ação civil pública .....	144
11.5.7 Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	144

11.5.8 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) .....	146
11.5.9 Ação de improbidade administrativa .....	148
11.5.10 Outros meios judiciais de controle de Administração .....	150
12 Controle democrático da Administração Pública .....	151
12.1 Controle social ou extraorgânico .....	151
12.2 Controle democrático orçamentário .....	154
12.3 Formas de exercício do controle democrático .....	161
13 A Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle da Administração .....	163
13.1 Transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49) .....	168
13.2 Escrituração e consolidação das contas (arts. 50 e 51) .....	169
13.3 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (arts. 52 e 53) .....	171
13.4 Relatório de Gestão Fiscal (arts. 54 e 55) .....	171
13.5 Prestação de contas (art. 56 a 58) .....	173
13.6 Fiscalização da gestão fiscal (art. 59) .....	174
14 Considerações finais .....	177
REFERÊNCIAS .....	179